	Autor	Contribuição
1	**Osni Pandori** Conselheiro do CMPU	Apresenta a situação de um determinado empreendimento localizado na Penha e questiona sobre a inexistência de uma saída viável, pois, segundo ele, não existe planejamento para esta construção, podendo prejudicar toda a dinâmica do bairro. Aponta que, nesta revisão do PDE, esse tipo de ação deve ser coibida e reforça a participação social nestes casos para que não ocorra um desordenamento. Conclui a fala afirmando que a cidade vive um boom de construção de prédios de uma classe privilegiada e coloca-se a favor do desenvolvimento dos Planos de Bairro para garantir um bom planejamento da cidade.
2	**Ana Maria Wilheim** Representante do movimento Pró Pinheiros	Pergunta sobre o incentivo da administração municipal para os Planos de Bairro, argumentando que a elaboração destes não deveria ser delegada às organizações da sociedade civil, mas sim ser parte integrante do processo do Plano Diretor Estratégico. Questiona em que momento do processo de revisão do PDE os bairros e as regiões serão incentivados e estimulados a elaborarem os seus Planos de Bairro, com a escuta dos moradores locais.
3	**João Moreirão** Conselheiro do CMPU	Aponta que as subprefeituras têm grande responsabilidade na elaboração dos Planos Regionais, mas não cumprem seu papel, pois, em muitas delas, não há ninguém do ramo para supervisionar a coordenação de urbanismo. Dá o exemplo da Subprefeitura do Butantã, que realizou discussões por Distrito. Aponta que em relação à participação social, os esforços do executivo municipal ainda estão muito aquém do esperado, que as oficinas participativas da revisão do PDE não têm sido divulgadas como deveriam e que não possuem um quórum significativo por região. Conclui que, se essas questões não forem corrigidas, a participação social não vigorará de fato.
4	**Beatriz Messeder** Representante da Associação Comercial do CMPU	Aponta a importância de se ter um foco na participação social e de se buscar uma descentralização da gestão e da reforma administrativa. Sugere que este processo se daria ao levar o PDE para a escala local, distribuindo poder nas subprefeituras. Nota que o Plano de Bairro do Jardim Lapenna teve um investimento da Fundação de Tide Setubal de 5 milhões de reais e ressalta a magnitude deste investimento no caso da elaboração de cada Plano de Bairro em cada Subprefeitura. Conclui que, dada esta situação, seria necessário um fomento por parte da Prefeitura.

5	**Maria Angélica Oliveira** Conselheira do CMPU	Questiona o processo de elaboração dos Planos de Bairro, que não capacita a população para sua elaboração. Aponta que há muita contradição no ordenamento territorial da cidade e que a Prefeitura deve pensar como resolver essas questões dentro do sistema de planejamento, de forma pactuada com a sociedade civil e com maior equidade para as regiões da cidade. Reconhece que há um grande trabalho a ser feito na capacitação das subprefeituras dentro do processo participativo e de planejamento urbano.
6	**Lucia Campos** Ex-servidora da Subprefeitura de Pirituba	Relata que acompanhou a não efetivação dos Planos Regionais das Subprefeituras, questão importante para a aplicação do PDE. Afirma que os Perímetros de Ação dos Planos Regionais não foram efetivados, tampouco foram realizadas audiências públicas e formados os Núcleos Regionais de Planejamento que estavam previstos no art. 345 do PDE. Reforça que esta gestão tem de finalizar os Planos Regionais das Subprefeituras de maneira participativa. Propõe a criação das microáreas das subprefeituras e a capacitação dos profissionais das Subprefeituras.
7	**Wellyene Gomes Bravo** Conselheira do CMPU	Aponta que a participação social está presente em todo o ordenamento jurídico. Denota que a criação das Subprefeituras, desde 2002, já tinha a preocupação com a necessidade do planejamento territorial local e, a partir da escala local, construir o planejamento da cidade como um todo. Argumenta que, neste processo de revisão do Plano Diretor Estratégico, devem ser criados mecanismos que obriguem, de fato, a elaboração dos Planos de Ação, estabelecendo prazos e relatórios. Ressalta que os Planos Regionais não foram cumpridos pelo Executivo Municipal, gerando desdobramentos diversos.
8	**Antônio Zagato** Conselheiro do CMPU	Aponta que o balanço do tema da gestão democrática em relação aos conselhos participativos é bem negativo. Pontua que o colegiado em questão não tem cumprido as suas atribuições como conselho deliberativo, já que os processos decisórios se afastam das submissões ao CMPU. Complementa que os Projetos de Lei (PL) têm sido encaminhados à Câmara Municipal sem que tenham sido enviadas as minutas para debate no CMPU e, quando são encaminhadas, a composição do conselho não permite o pleno debate. Continua suas colocações, notando que os interesses não lucrativos da sociedade são colocados de lado. Indica que os conselhos de orçamentos participativos foram extintos e que isso influiu diretamente no acompanhamento dos objetivos e das ações dentro das Subprefeituras.

9	**José André Araújo** Conselheiro do CMPU, membro do Conselho Municipal de Habitação e Coordenador do Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização	Apontou que, desde 2006, houve um centralismo das funções atribuídas às Subprefeituras, que os conselhos participativos devem ter um caráter deliberativo e fiscalizador, não apenas consultivo, como previsto pela lei 13.425/2002, sobretudo para a gestão de programas e planos. Denota que há um descumprimento, à priori, não somente do PDE, mas da própria Lei Orgânica do Município, onde se prevê a gestão popular e a transparência da administração pública. Comenta que outro ponto de atenção para a revisão do PDE, são os Conselhos Gestores de ZEIS, que também causa problemas muito sérios nos Planos de Urbanização, na questão da Intervenção Urbanística, propõe que este problema seja resolvido com a cooperação e assessoria das universidades, apontando que essa mesma solução pode ser aplicada à elaboração dos Planos de Bairro. Pontua que outro ponto de atenção deve ser a questão do orçamento participativo, com a participação da população nos processos decisórios, apontando onde devem ser realizados os investimentos do executivo, conforme previsto no artigo 2º do Estatuto da Cidade. Conclui a fala apontando que falta zelo ao Estatuto da Metrópole, que falta instituir o Conselho Regional de Habitação, previsto pela Lei Orgânica do Município.
10	**José Zildo Almeida da Silva** Conselheiro do CMPU	Comentou sobre o licenciamento de grandes empreendimentos em locais onde não há uma infraestrutura que contemple a magnitude destes empreendimentos. Aponta a necessidade de se realizar uma melhor coordenação entre os conselhos, os coordenadores de obras e o licenciamento de empreendimentos, pois, se não forem resolvidas as causas agora, será necessário combater os efeitos depois. Afirma que as coordenações regionais têm de se articular entre elas para que não sejam feitas más escolhas, sugere reuniões nos CEUs, que comportam infraestrutura para receber várias pessoas.
11	**Rosana Maltoni** Representante do CPM da Vila Prudente	Complementou a problemática levantada sobre o licenciamento de empreendimentos, dizendo que é uma questão importante também no território da Vila Prudente, sobretudo devido à presença da linha verde do metrô, onde há problemas de enchentes muito sérios. Alerta que o CPM vem ressaltando estes problemas faz anos, sem retorno da administração executiva municipal. Aponta que os conselhos têm de ser ouvidos e que há a necessidade, não atendida, de se ter um retorno nas questões que são levantadas. Afirma que a democracia é uma via de mão dupla, com um mesmo objetivo, que é o desenvolvimento e a melhoria da região.

12	**Verônica Bilyk** Representante da Organização Pró-Pinheiros	Pronunciou-se a respeito da Oficina Participativa realizada no último dia 23 de julho, referente ao processo de revisão intermediária do PDE. Afirma que é muito dispare o debate realizado dentro da oficina em relação ao debate realizado na presente Audiência Participativa Temática. Aponta uma ineficácia da metodologia adotada para os trabalhos realizados na Oficina Participativa, pontuando um grande descontentamento por parte dos munícipes e uma confusão em relação àquilo que deveria ser realizado naquele momento. Afirma que não foi um processo conclusivo, que não há muitos momentos de diálogo, como o proposto pela Oficina Participativa e que, quando há, é realizado de forma infantil e precária.
13	**Laurita Sales** Representante da associação Pró-Pinheiros	Enfatizou as dificuldades da participação popular no processo de revisão intermediária do PDE. Aponta que as plataformas e os momentos da participação popular são fragmentados e com pouco espaço de fala, que desta maneira a participação acaba se dando de forma seletiva. Assinala o instrumento da Conferência Municipal como muito oportuno e necessário, tal como as conferências regionais realizadas no processo de elaboração deste mesmo Plano Diretor. É feita a proposta de, dentro do contexto do planejamento da revisão do PDE, realização de conferências regionais e, depois, uma conferencia municipal, pois, nestes espaços, as pessoas podem se manifestar de forma conjunta e menos fragmentada.
14	**Fátima Elodia** Conselheira do CMPU, do CPM Sapopemba e do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES)	Afirmou que o CADES não conseguiu eleger nem 16 (dezesseis) conselheiros, que isso dificulta o cumprimento das atribuições consultivas e deliberativas do conselho e que não tem sido possível resolver, através do conselho, nem as questões mais simples que são levantadas. Aponta um abandono do poder público para lidar com essas problemáticas. Concorda com o que foi levantado em relação à participação popular dentro da agenda das Oficinas Participativas e complementa que não há uma divulgação devida, que a logística não tem atendido às correspondências e que, nas subprefeituras, não há respaldo em relação aos questionamentos levantados pelos conselheiros.

15	**Beatriz Messeder** Representante da Associação Comercial do CMPU	Afirmou que é favorável ao caráter deliberativo dos conselhos participativos municipais, que o processo de revisão intermediária do PDE é uma oportunidade para repensar não somente a composição destes conselhos, mas de fortalecer e dar aos conselhos um caráter deliberativo. Aponta sobre a necessidade de se planejar territorialmente e de forma estratégica os recursos do FUNDURB, diz que serão feitas propostas acerca desta temática, além de propostas para a revisão dos TDCs. Aborda a questão da necessidade de se retomar o planejamento em escala metropolitana, com uma visão de ordenamento territorial e de mobilidade articulando os diferentes municípios que compõe a metrópole paulistana. Conclui a fala retomando a questão do desenvolvimento dos Planos de Bairro ressaltando que, com o planejamento em menor escala, é possível se articular as demais escalas de planejamento de forma mais sistemática e com maior participação popular.
16	**Ana Maria Wilheim** Representante do movimento Pró-Pinheiros	Solicitou à SMUL patrocinar o Plano de Bairro de Pinheiros, para que sirva de modelo para o desenvolvimento de outros Planos de Bairro, ressaltando o caráter de urgência de se realizar este processo em Pinheiros, colocando-se à disposição para ajudar com o que for necessário.
17	**Antônio Zagato** Conselheiro do CMPU	Ressaltou o contraste entre o discurso e a prática do executivo municipal, apontando que não foram abordados, no material apresentado por Planurb, temas centrais relacionados à gestão democrática e o sistema de planejamento, como por exemplo, as eleições do Conselho Municipal da Saúde, que foi delegada a uma entidade privada. Acrescentou que, ao passo em que os conselheiros têm apenas três minutos para se manifestarem, os integrantes da SMUL tem se encontrado diversas vezes com o setor imobiliário. Apontou sobre a necessidade de se realizar também encontros com os conselheiros municipais, de se registrar todos os documentos relacionados à revisão do PDE em um processo SEI unificado, de o site Gestão Urbana incorporar as agendas da revisão do PDE. Conclui dizendo que, a legalidade não é uma questão de justiça, mas sim uma questão de poder, e o poder, na administração pública da cidade de São Paulo, não tem sido partilhado com a sociedade civil e seus colegiados.
18	**Osni Pandori** Conselheiro do CMPU	Complementou sobre a questão levantada anteriormente sobre o empreendimento imobiliário em obras na Penha. Ressaltou novamente a importância de se articular as infraestruturas no sistema de planejamento urbano, sempre respeitada à participação popular, que não tem o direito de deliberar sobre as transformações da cidade. Aponta que, conforme foi sugerido pela Sra. Ana Maria Wilheim, em relação a elaboração do Plano de Bairro de Pinheiros, a mesma coisa pode ser realizada na Penha, um bairro histórico da cidade de São Paulo.

19	**José André Araújo** Conselheiro do CMPU, membro do Conselho Municipal de Habitação e Coordenador do Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização	Ressaltou a necessidade de se desenvolver o Plano Municipal de Habitação e de se elaborar metas e punições para sua aplicação. Aponta que há a necessidade de uma integração entre as leis e os Planos elaborados, pois, há muitas leis urbanísticas vigentes que não dialogam com o PDE. Dá como exemplo a regulamentação do CMPU, realizada via Decreto, que não está sendo cumprido. Afirma que os Parques Municipais estão demasiadamente distantes das estações de metrô e de trem, como exemplo dos parques do Ibirapuera e do Carmo. Afirma também que há muitas questões que são discutidas nos conselhos colegiados locais e que não chegam ao CMPU, apontando a necessidade de se haver uma reforma para que estes problemas sejam superados. Concluiu questionando as atividades das Oficinas Participativas do processo da revisão intermediária do PDE, sobretudo se está se adotando a melhor estratégia para a captura e sistematização das contribuições da participação social.
20	**Gilberto Roque** Conselheiro do CPM de Itaquera	Questionou sobre as obras de revitalização que estão ocorrendo na Subprefeitura de Itaquera, que tem destruído e alterado as dinâmicas do bairro sem responsabilidade ambiental. Aponta a necessidade de se ocupar os terrenos baldios presentes no bairro com a construção de prédios públicos voltados ao atendimento habitacional para quem precisa. Afirma que há vários serviços de assistência social que estão sem atender a população ou estão fechados e propõe que o Plano Diretor faça uma nova contagem da população residente de Itaquera.